

## 2019: reorganização e luta!

Elineudo Meira



**Reafirmarmos a defesa da democracia como um valor central para a nossa sobrevivência**

campo democrático-popular, como as organizações sindicais e os partidos de esquerda. Isso deve se dar a partir da construção de um novo programa, que avance e radicalize as nossas pautas. Precisamos nos preparar para um próximo período de hegemonia progressista, que ainda está para ser construído, para obter vitórias mais duradouras e consistentes do que as

dos últimos 40 anos.

O ano termina com uma conjuntura adversa para o povo brasileiro. A eleição de Jair Bolsonaro (PSL) significa um golpe bastante violento no processo de pactuação iniciado nos anos 1980, que gerou alguns avanços institucionais, tais como o reconhecimento do direito à cidade na Constituição e da moradia como um direito humano fundamental.

Nos anos 1990 e 2000, em um cenário de muitas disputas entre um projeto social-democrata e um projeto neoliberal, os movimentos obtiveram algumas vitórias pontuais, como aprovação da Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que criou o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, primeiro projeto de lei de iniciativa popular, uma iniciativa da UNMP, e que viabilizou

o avanço das pautas da regularização das favelas e da produção habitacional com autogestão, no nível federal, pelos programas Crédito Solidário e MCMV-E.

As políticas não foram abrangentes - há grande quantidade de pessoas não atendidas - e se deram em um marco institucional muito frágil, de modo que a vitória de Bolsonaro coloca em risco não só a continuidade dessas políticas, como indica um caminho de desconstrução de um ideal de justiça e bem-estar social que se buscava defender. A ideia de que é possível a transformação social a partir de políticas públicas redistributivas, includentes, sofreu, em 2018, sua maior derrota desde o início dos anos 1980.

Nesse quadro, os movimentos sociais devem refletir sobre a forma de atuação e sua estratégia para os próximos anos. Isso só

será possível se houver unidade, sem arrogância, personalismo, autoritarismo e com muita humildade. Os movimentos devem fazer uma análise crítica da atuação partidária e se preparar, com persistência, para uma renovação profunda. É preciso combinar três características que nos acompanham desde a fundação da União: a capacidade de resistir aos ataques que as elites impõem aos direitos dos trabalhadores, a mobilização e formação permanente de sua base e a capacidade de propor alternativas.

A União se caracteriza como um movimento que tem capacidade de interferir na formulação e execução das políticas públicas. Por isso, é preciso olhar para nossos princípios, valores e organização, buscando maior coesão na atuação, em articulação com as outras forças que compõem o

É nosso objetivo imediato a construção de um conceito de autogestão que explicita o caráter não lucrativo da atuação do movimento social. “Fora construtoras” das relações de produção de habitação! Isso somado a uma série de outras ações para empoderar os processos de produção de habitação com participação popular, as mulheres, que são a maioria das que coordenam as ações, respeitar os direitos de identidade, as liberdades individuais e coletivas. É um novo período histórico que se abre, que vai exigir do movimento saber se colocar com inteligência, com outras forças progressistas, para impedir os retrocessos e construir novas pautas, bandeiras e relações. Precisamos avançar no sentido de construir um outro mundo, em que a economia seja solidária e socialista.

### Expediente

Rua Conselheiro Furtado 692 – Sala 03 - 01511-000, Liberdade, São Paulo – SP, Brasil  
Telefone: (55 11) 3825-5725 / 3664-7812 |

www.unmp.org.br | facebook.com/uniaoacionalpormoradiapopular

Jornalista Responsável: Hugo Fanton | Colaboradores: Donizete Fernandes, Edilson Henrique Mineiro, Evaniza Rodrigues, Maria da Graça Xavier, Sidnei Euzébio Pita, João Paulo Rodrigues de Oliveira  
| Diagramação: Diva Braga

### APOIO

**CUT** BRASIL  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FORD FOUNDATION

**MISEREOR**  
IHR HILFSWERK

# Movimentos nacionais de moradia convocam sociedade brasileira para defender a Constituição e os direitos sociais

Em 28 e 29 de novembro, a cidade de São Paulo recebeu a 1ª Plenária do Movimento Popular Urbano – Plenária Miguel Lobato, que debateu a atual conjuntura e apontou os desafios para a luta dos movimentos no próximo ano. Confira a Carta produzida pelo encontro.

## Carta da 1ª Plenária do Movimento Popular Urbano – Plenária Miguel Lobato

Vivemos uma conjuntura muito adversa para o povo brasileiro. Em relação a luta urbana conquistas e bandeiras históricas de luta pelo direito à cidade, moradia, saneamento e mobilidade sofrem ataques e correm sérios riscos. A eleição de Bolsonaro é o reflexo do fortalecimento de setores e forças conservadoras, em muitos aspectos reacionários e fascistas.

Com certeza o que acontece no Brasil não é isolado, reflete uma ofensiva global do imperialismo. Na América Latina, que há poucos anos era o bastião da resistência democrática no mundo, percebemos a mudança na correlação de forças.

Nossa soberania está sob ataque. A entrega de setores estratégicos da economia e do território, bem como a ameaça da entrega e privatizações de setores deles seguem na ordem do dia. A defesa dos recursos naturais e a defesa da nossa soberania andam juntos. Não é admissível um presidente eleito bater continência para o presidente de outra nação.

Reafirmamos a defesa da democracia como um valor central para a nossa sobrevivência, compreendendo que esta democracia também se manifesta com os espaços de luta e resistência dos movimentos populares urbanos. Qualquer tentativa de criminalização e transforma-



arquivo UNMP

ção da luta urbana em terrorismo é um ataque a livre organização e mobilização das nossas entidades, na luta pela moradia e pelo direito à cidade. Ao mesmo tempo não podemos permitir que projetos como o Escola Com Mordada se fortaleçam!

Entendemos que o país precisa superar sua crise econômica com a geração de empregos dignos, distribuição da riqueza e com a garantia de direitos sociais. Na contramão disto, as medidas como a antirreforma trabalhista, a terceirização irrestrita e a ameaça da reforma previdenciária fragilizam a organização da classe trabalhadora e são questões pesadas na agenda imposta aos trabalhadores e movimentos organizados. Defendemos o avanço com a taxação de grandes fortunas e a revogação e EC 95/2016, que limita os investimentos públicos em saúde, educação e políticas sociais.

É extremamente preocupante a agenda apresentada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro. Seguiremos mobilizados em defesa das bandeiras e propostas que foram historicamente debatidas e construídas coletivamente nas ruas e nos espaços institucionais que disputamos no último período. O fim do Ministério das Cidades,

“  
Reafirmamos  
a defesa da  
democracia como  
um valor central  
para a nossa  
sobrevivência

com suas atribuições distribuídas para um Ministério de Desenvolvimento Regional, é um sinal de que teremos mais ataques, desestruturação das políticas urbanas desconstrução das conquistas da Constituição de 1988.

Da mesma maneira o fim dos espaços de participação como o Conselho das Cidades e do processo das Conferências das Cidades, tentativa de privatizações no saneamento e mobilidade, enfraquecimento do caráter social do Minha Casa Minha Vida são a consolidação do Golpe e de uma ofensiva aos movimentos populares e sociais que começou com o Golpe de 2016 e que se aprofundam com o resultado eleitoral de 2018. A defesa das empresas públicas, em especial a Caixa Econômica Federal, fica como bandeira de resistência essencial do próximo

período.

Na questão urbana reafirmamos o Fórum Nacional da Reforma Urbana como espaço historicamente construído na defesa da Reforma Urbana e direito à cidade. Entendemos que é o momento de retomar com força nossa presença neste espaço, como uma das ferramentas privilegiadas de diálogo com o conjunto da sociedade.

O momento é de unidade dos campos sociais e populares. Esta Plenária é fruto deste entendimento e da necessidade de traçar uma estratégia de resistência conjunta. É necessário o fortalecimento da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, na articulação com outros dos movimentos organizados, na luta contra o fascismo e na construção de uma frente ampla em defesa da democracia.

Convocamos os movimentos populares e o povo a se somarem nesta resistência conjunta em defesa do Estado Democrático de Direito, da Constituição de 1988 e dos direitos sociais! Ao mesmo tempo seguiremos em defesa de Lula Livre, contra a retirada de direitos dos trabalhadores, em defesa da Democracia contra a criminalização das lutas sociais no Brasil!

São Paulo, 29 de novembro de 2018.

**CMP** – Central dos Movimentos Populares

**CONAM** – Confederação Nacional das Associações de Moradores

**MLB** – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

**MNLM** – Movimento Nacional de Luta por Moradia

**MTD** – Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

**UNMP** – União Nacional por Moradia Popular

# AUTOGESTÃO: DESAFIO DA PRODUÇÃO HABITACIONAL

## Defesa da autogestão será fundamental em 2019

arquivo UNMP



Seminário Trabalho Social na Produção da Habitação Autogerida organizado pela UNMP

**M**esmo antes de tomar posse, o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) já mostrou sua disposição de atacar os movimentos sociais e combater as propostas de construção coletiva da vida em sociedade. Para os movimentos de moradia não será diferente, uma vez que o discurso de Bolsonaro traz dois pontos que nos atingem diretamente: pretende “combater os ativismos”,

aqueles que se levantam contra a injustiça, e chama de “mamata” os programas em parceria com a sociedade civil. Nesse contexto, a autogestão deve sofrer um novo ataque, avalia a coordenação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Desde as primeiras experiências de autogestão, no final da década de 1990, sempre tivemos reação dos governos, dos órgãos de controle e dos seto-

res privados que buscaram criminalizar e inviabilizar.

A Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124) reconhece os movimentos, cooperativas e associações sem fins lucrativos como parte do Sistema e a autogestão na habitação como uma das formas de produção habitacional. Isso decorre do reconhecimento público da importância e competência dos movimentos na produção habitacional e da autogestão como forma de atuação. A autogestão é reconhecida porque mobiliza o povo pobre, que passa a compreender que direito se conquista; combate o clientelismo e a corrupção no atendimento das demandas; coloca capacidades econômicas e de gestão na mão das comunidades; questiona a trans-

ferência de riqueza pelo Estado para a mão dos privados; e questiona a noção de moradia como mercadoria e fonte de lucro para o capital, ao produzir sem lucro.

No último encontro da UNMP, em 2016, discutimos a importância de avançar com a conquista de uma lei para garantir a produção habitacional com autogestão e propriedade coletiva. Isso já existe no Uruguai, e no Brasil estamos realizando debates e formações para caminhar nesse sentido, ressaltando a importância de dar visibilidade a essas experiências.

Por isso, defender a autogestão neste momento de ataque autoritário é fundamental como ferramenta de fortalecimento do povo pobre que se organiza. Não podemos aceitar retrocessos!

## É pela luta dos movimentos que os excluídos conquistam a moradia

arquivo UNMP



**D**esde sua criação, a UNMP defende a proposta da autogestão, pelo entendimento de que a população de baixa renda, a maioria no déficit habitacional no Brasil, só conquista moradia digna definitiva pela autogestão. Ao longo de vários anos, os governos municipais, estaduais e nacional sempre investiram na produção da moradia por meio das grandes construtoras, sem o objetivo de acabar com o déficit, mas para fortalecer os empresários, o capitalismo. Com o mesmo financiamento que o poder público oferecia para as empresas, aprimoramos as construções, porque visamos a qualida-

de de vida das pessoas. Conseguimos reunir as famílias e implantamos os primeiros conjuntos habitacionais em mutirão de autogestão no município de São Paulo.

Nas bases dos movimentos de moradia estão justamente as famílias mais vulneráveis da sociedade, com grande número de desempregados, que só conquistam seu direito à habitação pela organização e luta com o movimento. Isto nos leva a um desafio muito grande de propor políticas públicas para o atendimento dessas famílias, em sua grande maioria excluídos do mercado do trabalho e sem nenhuma perspectiva

de crescimento de renda. Através da luta, as experiências se tornaram em alguns casos realidade.

São exemplos de conquista o programa Funaps comunitário, da prefeitura de São Paulo, na gestão Luiza Erundina (1989-1992), e a criação do programa paulista de mutirões pelo governo do estado (CDHU) nos anos 1990. Essas conquistas foram muito importantes na discussão de um programa nacional de produção de moradia popular por meio da autogestão, com a criação do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que institui o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Após coleta de mais de 1 milhão de assinaturas, o projeto de lei foi entregue no Congresso em 1991, e somente sancionado pelo presidente Lula em 2005. No governo Lula, também obtivemos o crédito solidário, que inicia a produção da moradia por autogestão em âmbito nacional. Em seguida, conquistamos o MCMV-Entidades que, mesmo com a armadilha feita pelos empresários possibilitando a contratação de cons-

trutoras, vários movimentos do Brasil resistiram e fizeram suas obras pelo processo de administração direta, ou seja, pela autogestão. Ressaltamos a importância da autogestão, pois, atualmente no MCMV Entidades, famílias com renda de até 1800 reais se empoderaram com a participação popular. Com a gestão dos recursos, da obra, uma verdadeira participação popular. O desafio da UNMP é lutar por programas em que a população tenha voz, algo fundamental para a recuperação da democracia, da dignidade e para garantir uma obra com qualidade de vida.

Nossa produção habitacional, nos diversos programas já criados, foi sempre com a participação da população, que discute desde a assessoria técnica até a contabilidade, nos grupos e comissões, e assim foram construindo as melhores casas populares no Brasil. A moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos. Quando constrói por autogestão, não constrói só casa, mas também cidadania.

# Movimentos de Moradia da América Latina na luta contra a criminalização

**E**m 29 de novembro, a Secretaria Latinoamericana de la Vivienda y el Habitat Popular (SELVIHP), uma articulação que reúne movimentos de moradia de países da América Latina, divulgou uma declaração contra a criminalização e assassinatos de lideranças populares em toda a região. “Lutamos contra a criminalização do protesto social e perseguição política dos lutadores populares”, afirma o documento, que cita a prisão arbitrária do presidente Lula. “Repudiamos a prisão de nosso irmão de luta Lula da Silva, líder emblemático do povo brasileiro, exigindo sua liberdade imediata”.



A SELVIHP ressalta que o patrimônio estatal deve ser da cidade como bem-estar comum de uso, não das empre-

sas, que veem as cidades como mercadorias e reprodutoras da lógica desumana do capital. “Abraçamos nossas irmãs e irmãos do povo mapuche e repudiamos a perseguição sistemática e a crueldade operadas pelos governos coloniais a serviço do capital”. A declaração afirma ainda a necessidade de aprofundar o conteúdo anti-sistêmico e autogestionário de nossas organizações, nossas propostas e nossas lutas, na construção de uma sociedade sem classes, anti-capitalista, anti-imperialista e anti-patriarcal, caminhando em direção de nossa Grande Pátria Socialista, Comunitária e Autogerida da América Latina.

**“**  
**A declaração afirma ainda a necessidade de aprofundar o conteúdo anti-sistêmico e autogestionário de nossas organizações**  
**”**

## Juventude da UMM se mobiliza e ocupa seu espaço na Cidade de São Paulo

arquivo UNMP



bém no espaço político. Afinal, a renovação de quadros se faz necessária e presente neste momento de acúmulo de forças e lutas para derrotar o rentismo que levou o fascismo a vitória nas eleições de 2018.

A J-UMM tem por objetivo organizar a ju-

ventude de todos os movimentos filiados à UMM-SP, a partir de três palavras-chave: Mobilização; Força e Articulação. O Grupo do Operativo conta com jovens de seis Movimentos, com perspectiva de ampliar a conexão direta com todos os demais Movimentos e suas Juventudes.

Com apenas seis meses de organização, a força da J-UMM já se expressou com a

conquista de sete cadeiras nas eleições do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude: Moradia, Mobilidade e Direito à Cidade, Saúde, Juventude Negra, Educação, Cultura e Jovens Mulheres. O processo de organização segue em 19 de dezembro, data reivindicada pelo movimento para realização da Posse e Diplomação dos Conselheirxs (confira nas redes sociais da UMM informações sobre horário e local, ainda indisponíveis).

Os jovens da UMM ressaltam que a articulação se faz no dia a dia, convidando a galera da faculdade, do bairro, da escola e do trabalho para vivenciar de perto como funciona a luta por moradia digna no Brasil e na cidade de São Paulo, o modelo de produção habitacional por Autogestão e seus benefícios. A Juventude da União deseja a todos/as um excelente Ano Novo e muita força e energia para os próximos períodos! Hasta la Victoria, Siempre!

**O** ano de 2018 foi de muita relevância e agendas para a mais nova Secretaria da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo: a Juventude da União dos Movimentos de Moradia-SP (JUMM) passou a se encontrar para sistematizar e pensar, em coletivo, soluções e ações para a demanda jovem, internamente nos movimentos, na cidade e tam-

**“**  
**Os jovens da UMM ressaltam que a articulação se faz no dia a dia**  
**”**